

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 992.164 - RN (2016/0258513-5)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ÍTALO DE MOURA COCENTINO**  
**ADVOGADO : JOSÉ MARIA GAMA DA CAMARA E OUTRO(S) - RN001084**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ÍTALO DE MOURA COCENTINO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 363):

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA QUE, NA FASE DE CUMPRIMENTO. DE SENTENÇA. FIXA OS CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS. CABIMENTO. DECISÃO QUE RESOLVE CONTROVÉRSIA. IMPLICAÇÃO DIRETA NA RELAÇÃO DE DIREITO MATERIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. APLICAÇÃO DO ART. 4º DA LEI N.6.950/81. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. APLICAÇÃO AO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO E NÃO À RENDA MENSAL INICIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA A LÍTELA DISPOSIÇÃO DE LEI.[sic]

1. Ação rescisória interposta por particular, com fundamento no art. 485, V, do CPC, em face de cumprimento de sentença, estabelecendo os critérios para a elaboração dos cálculos de liquidação. Alegada ofensa a literal disposição dos artigos 467, 471 e 473 do CPC, além do § 2º do Decreto nº 4.657/42 e do artigo 29 da Lei 8.213/91, por estarem os critérios fixados para a elaboração dos cálculos de liquidação em descompasso com as diretrizes do título judicial exequendo.

2. Cabível ação rescisória em face de decisão, transitada em julgado (preclusa), que resolve controvérsia surgida na fase de cumprimento de sentença, com evidente implicação na relação de direito material, assemelhando-se a sentença de mérito.

- Decisão rescindenda que não extrapolou os limites impostos pelo título executivo ao fixar os critérios para a elaboração dos cálculos, levando em consideração o disposto na Lei nº 8.213/91, em sua redação original, vigente à época do pedido administrativo, aplicável às aposentadorias por tempo de serviço, considerando a DIB de 01/12/1994, conforme expressamente determinou o título executivo, e o limite do salário-de-contribuição de 20 (vinte) salários mínimos.

4. Irrelevante, no caso, a utilização dos últimos 36 (trinta e seis) ou 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, considerando a DIB fixada no título executivo, eis que a renda mensal inicial, levando-se em consideração uma e outra forma de cálculo, apresentou valor equivalente.

5. Caso em que o exequente pretendeu aplicar o teto de 20 (vinte) salários mínimos não ao salário-de-contribuição, mas à renda mensal, conforme expressamente informou em petição impugnando os cálculos do INSS, pretensão que não se coaduna com o título executivo judicial. Ação rescisória improcedente.

No especial obstaculizado, o recorrente apontou violação dos arts. 467, 471, 473 e 485 do Código de Processo Civil/1973 e do art. 3º da Lei 3.807/1960,

alterada pela Lei 5.890/1973, e do art. 29 da Lei 8.213/1991, sustentando ser indevido introduzir um critério para a elaboração dos cálculos não previsto no título executivo judicial.

Segundo defendeu, "de fato, determinou a douta magistrada singular que, no cálculo de obtenção do benefício, fossem utilizados apenas os 24 (vinte e quatro) salários de contribuição" (e-STJ fl. 372). Contudo, deve ser reformada a referida decisão, porquanto, no caso dos autos – em que sua aposentadoria por tempo de serviço foi concedida em 1º/12/1994 –, o salário-de-benefício deve ser apurado "com a utilização de, no mínimo, 36 (trinta e seis) salários de contribuição, e não apenas 24 (vinte e quatro), como resolveu impor a doutra magistrada singular em sua decisão rescindenda de fls. 486 do processo de origem"(e-STJ fl. 373).

Mencionou, ainda, que, "como bem reproduziu o acórdão recorrido sobre o principal tema do título executivo judicial, a aposentadoria do autor, ora recorrente, '(...) deve submeter-se ao teto de 20 (vinte) salários mínimos nele estabelecido, embora tenha requerido o benefício na vigência da Lei 8.213/91" (e-STJ fl. 373).

Por fim, requereu a reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja rescindida parte da decisão interlocutória que determinou o cálculo de execução por obrigação de fazer considerando apenas os 24 salários de contribuição.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a solução da demanda não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a interpretação da legislação vigente.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo, motivo pelo qual passo a analisar o recurso especial (e-STJ fls. 369/374).

O Tribunal de origem solveu a controvérsia, consignando que a decisão rescindenda não incorreu em violação do comando transitado em julgado, mas a pretensão do recorrente sim. É o que se vê do seguinte excerto, *in verbis* (e-STJ fls. 361/362):

Note-se que o pedido da ação de conhecimento, que consistia em retroagir a DIB para 01/01/1989, "fazendo consignar no levantamento os trinta e seis salários de contribuição relativos ao período básico de cálculo de janeiro de

1986 a dezembro de 1988", aplicando-se o limite de 20 salários mínimos ao salário-de-contribuição, foi acolhido apenas em relação a essa última parte.

Assim, **a decisão rescindenda não extrapolou os limites impostos pelo título executivo** ao fixar os critérios para a elaboração dos cálculos levando em consideração o disposto na Lei n. 8.213/91, em sua redação original, vigente à época do pedido administrativo, aplicável às aposentadorias por tempo de serviço, considerando a DIB de 01/12/1994, conforme expressamente determinou o título executivo, e o limite do salário-de-contribuição de 20 (vinte) salários mínimos.

É irrelevante, por outro lado, a utilização dos últimos 36 (trinta e seis) ou 24 (vinte e quatro) salários-de-contribuição, considerando a DIB fixada no título executivo, eis que o resultado, ou seja, a renda mensal inicial, levando-se em consideração uma e outra forma de cálculo, apresentou valor equivalente. Assim, levando-se em consideração o cálculo com vinte e quatro salários de contribuição, tem-se o valor da RMI de R\$ 3.081,68, para a competência de nov/2014 (fl. 229), enquanto que, levando-se em consideração o cálculo dos últimos trinta e seis salários-de-contribuição chega-se a valor da R\$ 2.919,37 para a competência de set/2013 (f. 198), que alcança o mesmo valor quando corrigido pelo índice aplicável aos benefícios previdenciários e janeiro de 2014, de 5,56%.

Essa coincidência decorre do fato de que ambos os cálculos, seja com a média dos últimos 36 ou 24 salários de contribuição, ao final, são limitados pelo teto previdenciário vigente à época.

**Ocorre que o exequente pretendeu aplicar o teto de 20 (vinte) salários mínimos não ao salário-de-contribuição, que integra a primeira fase do cálculo do benefício previdenciários, mas à renda mensal, conforme expressamente informou em petição impugnando os cálculos do INSS às fls. 201, pretensão que não se coaduna com o título executivo judicial.** (Grifos acrescidos).

Diante do aludido quadro fático delineado pelo acórdão, não há como acolher a irresignação, na medida em que remanesce controvérsia acerca do conteúdo da decisão rescindenda em contraponto com o título judicial transitado em julgado, cuja modificação, na via do especial, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE. FILHA MAIOR. TÍTULO EXECUTIVO QUE PREVÊ O PAGAMENTO DA PENSÃO NO PERCENTUAL DE 50% DO BENEFÍCIO RECEBIDO PELA MÃE. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE, SOB PENA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. As instâncias ordinárias, ao examinar as provas carreadas aos autos, consignaram que o título executivo determinou à autora o recebimento de sua respectiva cota-parte (50%), do total do benefício que a mãe, até o falecimento, recebia, razão pela qual não reconheceu o pedido de pagamento correspondente a 50% do valor total do benefício originário de ex-Combatente, sob pena de violação à coisa julgada.

2. Destaque-se, ainda, que o acórdão recorrido consignou que a tese discutida nestes autos foi expressamente enfrentada na Ação de Conhecimento e rechaçada. Não sendo possível, assim, a rediscussão da tese na Execução.

3. Ademais, para revisar as conclusões alcançadas pela Corte de origem, seria necessária a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.

4 Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.265.087/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO PARA CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. AÇÃO ANULATÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU, À LUZ DA PROVA DOS AUTOS, PELA OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE, NA VIA ESPECIAL, DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão que julgou recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. O acórdão recorrido, com fundamento no conjunto fático-probatório dos autos, acolheu a preliminar de coisa julgada, ensejando a interposição do presente Recurso Especial.

II. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535, I e II, do CPC/73, o agravante não demonstra a ocorrência dos alegados vícios, no acórdão recorrido, deixando de apontar em que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

III. Na linha da jurisprudência desta Corte, "o próprio Tribunal a quo procedeu ao juízo de verificação da ocorrência de coisa julgada material e concluiu que a causa de pedir e o pedido, tanto no Mandado de Segurança quanto na Ação ordinária, são iguais e, quanto às partes, sustentou que a coisa julgada aplica-se ao ente político, o que configuraria sua identidade. Nesse caso, não há como aferir eventual violação sem que se reexaminem as provas dos presentes autos" (STJ, AgRg no AREsp 225.159/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/02/2013).

IV. Portanto, a inversão do julgado, em relação à existência da coisa julgada, no caso, implicaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que é inviável, em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 875.549/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2018, DJe 13/09/2018) (Grifos acrescidos).

Nos termos do disposto no art. 85, § 11, c/c o art. 98, VI, §§ 2º e 4º, do CPC de 2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita, exceto em ações acidentárias, nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/1991.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, cuja exigibilidade, no entanto, fica suspensa na forma do § 3º do art. 98 do novo CPC/ (e-STJ fl. 31).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator